

ACM deplora ato terrorista contra diplomatas



O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou ontem, em plenário, providências adotadas pela

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional diante do ato terrorista ocorrido em Lima, no Peru, que transformou em reféns mais de 300 pessoas que se encontravam numa recepção oferecida pela embaixada do Japão. "A comissão não ficou indiferente ao assunto e esperamos uma solução pacífica", disse ele.

Presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães disse que foram solicitadas ao Itamaraty todas as informações a respeito das medidas até agora tomadas. Foi enviada também ao governo peruano uma mensagem estranhando o acontecimento e deplorando a falta de providências para a abertura de um diálogo com os guerrilheiros que invadiram a embaixada.

NESTA EDIÇÃO

Tebet pede Conselho para Centro-Oeste

Página 6

Novo prazo para entidades filantrópicas

Projeto enviado à sanção presidencial prevê mais 180 dias para recadastramento em conselho. Página 5



O plenário discutiu exaustivamente as operações antes de aprovar os projetos de resolução

Aprovados créditos para nove estados

Unidades da Federação poderão beneficiar-se de programa de apoio ao ajuste fiscal, conforme protocolo firmado com o governo federal

O plenário do Senado aprovou ontem nove projetos de resolução autorizando os governos do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo a contratarem operações de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, conforme protocolo firmado entre essas unidades da Federação e o governo federal.

Entre as condições financeiras básicas da operação de crédito, estão os juros de 6% ao ano, o prazo entre 15 e 30 anos e a amortização do saldo devedor mensal pelo IGP-DI.

Uma emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acabou provocando um longo debate sobre os projetos. O líder do PT pretendia garantir aos governadores a liberdade de escolher se

privatizariam ou não seus ativos, sem retirar, entretanto, as obrigações dos estados para com o governo federal. Pela emenda, o estado poderia abster-se de efetuar pagamentos extraordinários caso concordasse em elevar o percentual de comprometimento de sua renda líquida anual em 1%.

A emenda foi rejeitada, após intervenções dos senadores Vilson Kleinübing (PFL-SC), Roberto Freire (PPS-PE), Ademir Andrade (PSB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Joel de Hollanda (PFL-PE), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), José Fogaça (PMDB-RS), Gilberto Miranda (PFL-AM) e Edison Lobão (PFL-MA). O parecer sobre a emenda foi dado pelo senador João Rocha (PFL-TO).

O plenário aprovou ainda autorização para a prefeitura municipal de Campinas (SP) contratar operação de crédito exter-

no junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US 19,8 milhões, destinados ao Programa de Combate às Enchentes do Município de Campinas. Também foi aprovado projeto de resolução autorizando a prefeitura municipal de Jundiá (SP) a conceder garantia para que o Departamento de Águas e Esgotos contrate operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor aproximado de R\$ 7,6 milhões, destinada à conclusão da 2ª fase da barragem do rio Jundiá-Mirim.

Três outros projetos foram aprovados na mesma sessão, autorizando os governos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás a emitirem Letras Financeiras do Tesouro do Estado para o giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997. Todas essas matérias irão à promulgação.

Novo ITR estimula formação de riqueza, celebra Fogaça

Segundo o senador, tributação progressiva da terra e instituição do rito sumário são fundamentais para implantar reforma agrária



Sandra Guidi

Sandra Guidi defende política para o carvão

A senadora Sandra Guidi (PMDB-SC) apelou ontem ao governo federal para que estude uma forma de incentivar a exploração do carvão nacional, através de uma política específica para o setor. A senadora destacou que sua preocupação primordial é com os habitantes do sul de Santa Catarina, que querem ver de novo a indústria de carvão gerando empregos e renda, mas "sem cometer os pecados" contra o meio ambiente.

Sandra Guidi lembrou que até a década passada a indústria do carvão foi importante geradora de emprego e renda para o sul catarinense, mas agora está em crise. "Para se ter uma idéia, no ano de 1984 trabalhavam na região cerca de 11 mil mineiros, sendo que em 1993 esse número caiu para 3.600 trabalhadores", disse.

A senadora afirmou que o carvão constitui a maior fonte de energia não-renovável no País, representando cerca da metade do potencial nacional. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou que dentro de 50 anos as reservas hidrelétricas estarão esgotadas. Por essa razão, segundo o senador, o Brasil precisa encontrar fontes alternativas de energia, entre as quais se destaca o carvão de Santa Catarina, "que está sendo subutilizado".

A importância da reforma do Imposto Territorial Rural (ITR) aprovada quarta-feira pelo Congresso Nacional está no estímulo à formação de riqueza no País,

conforme disse ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele afirmou que, da época da Assembleia Nacional Constituinte até a aprovação da matéria, mudou a consciência sobre o tributo,



José Fogaça

que, a seu ver, não pode ser visto apenas como forma de aumento de arrecadação.

O senador ressaltou que durante a Consti-

tuinte houve uma intensa mobilização contra as propostas de instituição do rito sumário, também aprovado este mês, e a reforma do ITR. Na ocasião, como agora, ele entendia que ambos

eram instrumentos fundamentais de reforma agrária no País e, sobretudo, da modernização do campo brasileiro.

Na avaliação de José Fogaça, a mudança introduzida no ITR representa a mais importante e eficaz reforma da superestrutura jurídica para favorecer a reforma agrária. Trata-se de imposto justo, moderno e renovador, já que é progressivo, aumentando em função da improdutividade, acentuou.

Jonas quer atenção para áreas de fronteira

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) dirigiu ontem apelo ao governo para que incorpore ao novo Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), a partir do próximo ano, emenda de autoria do parlamentar estabelecendo que os proprietários de terras situadas em regiões de fronteira tenham um prazo de até três anos para desenvolver projeto técnico e

cultivem 80% de suas propriedades, de modo a evitar que elas sejam oneradas como se fossem improdutivas.

Jonas entende que, no caso de terra situada em área de fronteira, não é justa a cobrança das novas alíquotas do ITR para terras



Jonas Pinheiro

improdutivas. "Como ficarão os proprietários dessas terras, que ainda não tiveram condições de torná-las produtivas?", indagou

o senador, lembrando que, de acordo com o texto aprovado, o prazo solicitado pelo senador só irá vigorar a partir de 1998.

Simon solidariza-se com o Líbano

Com a afirmação de que "é difícil encontrar no mundo um país que tenha sofrido tantas injustiças como o Líbano", o senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou ontem a realização, no último dia 16, em Washington, da primeira reunião em nível ministerial do grupo "Amigos do Líbano". Constituída como Grupo Consultivo para a Reconstrução do Líbano, a agremiação é integrada pe-

los Estados Unidos, União Européia, Rússia e outros países, e teve sua origem nas discussões do cessar-fogo firmado entre Israel e o Hezbollah, em abril passado.

Simon louvou a participação do Brasil, como convidado, nessa reunião e informou ter sugerido ao ministro de Assuntos Estratégicos que o governo brasileiro envie uma moção de solidariedade ao Líbano contra as in-

justiças que aquela nação vem sofrendo para conseguir a autonomia e a independência do seu território.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que apoiou a idéia dessa moção e que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual é presidente, também aprovou um documento manifestando total solidariedade àquele país.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Senado aprova criação de carreiras do Judiciário

Projeto a ser enviado à sanção estabelece as carreiras de auxiliar, técnico e analista, com 15 padrões de vencimento para cada uma

O plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e fixa os valores de sua remuneração. De iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), a proposta, que irá à sanção, foi elaborada com a participação dos tribunais superiores, do Conselho da Justiça Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi lido em plenário pelo senador Francisco Escórcio (PFL-MA).

O projeto estabelece as carreiras de auxiliar, técnico e analista judiciários, com 15 padrões de vencimento para cada uma, e uma diferença de remuneração de 5% entre elas. A proposição trata também dos cargos em comissão e das van-



Francisco Escórcio

tagens aplicáveis ao pessoal do Poder Judiciário - gratificação de atividade judiciária e adicional de padrão judiciário. E estabelece limite de remuneração, tendo por referência a do cargo dos magistrados do tribunal ou juízo em que o servidor esteja exercendo suas funções.

De acordo com o texto aprovado pelo Senado, no âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo é proibida a nomeação ou designação, para os cargos em comissão e para as funções comissionadas, de cônjuge, companheiro ou parente até

o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados.

MINISTRO DO STM

Na mesma sessão, o plenário, por 60 votos a dois, aprovou o nome do almirante-de-esquadra Domingos Alfredo Silva para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em vaga reservada a oficial-general da Marinha, da ativa e do posto mais elevado da carreira, e decorrente da aposentadoria compulsória do ministro Luiz Leal Ferreira.

Ficou adiada a votação de dois projetos de lei do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que pretendem fixar em 2% o valor das multas de mora pelo não-cumprimento, nos prazos legais, das obrigações tributárias. As lideranças partidárias pediram a retirada do caráter de urgência da tramitação da matéria.



Ney Suassuna

Ney Suassuna propõe tirar armas de circulação

"Para acabar com a violência, temos que desarmar o País, tirar de circulação todas as armas dos bandidos e cidadãos comuns", afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que apresentou projeto estabelecendo a proibição de venda de arma de fogo e de arma branca em todo o território nacional, à exceção de aquisições amparadas por legislação especial.

Suassuna disse que, para dar o exemplo da necessidade de desarmar a sociedade, ele próprio vai doar sua coleção de armas à Polícia Federal. Segundo o projeto, as armas e munições em circulação em todo o País devem ser entregues, mediante recibo, à Secretaria de Segurança Pública de cada estado, dentro do prazo de 60 dias a contar da data da regulamentação da nova lei.

O senador reconhece que são poucas as chances de o seu projeto vir a ser aprovado. Mesmo assim, ele considera importante sua iniciativa, para estimular uma campanha que vise a diminuir o nível de violência na sociedade brasileira. "É preciso mudar a lei, proibir a venda de armas de fogo e de armas brancas, não devendo haver o porte legal de armas para pessoas comuns, respeitadas apenas as hipóteses especiais", defendeu.

Benedita sugere incluir direitos humanos nos cursos para formação de policiais

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) informou ontem que apresentou esta semana projeto de lei instituindo o estudo de direitos humanos nos cursos de formação de policiais civis, militares, federais, rodoviários e ferroviários federais. Os estudos deverão ser promovidos mediante convênios com entidades de defesa dos direitos humanos e com instituições de educação superior.

Na justificativa de sua proposta, Benedita considera que tratamentos discriminatórios e violentos dispensados pelas forças policiais a determinadas pessoas demonstram a ignorância e o desrespeito a princípios básicos da Constituição e a leis referentes aos



Benedita da Silva

direitos humanos. Apesar de algumas academias já ministrarem o estudo dos direitos humanos, a senadora disse que uma lei federal reforçará essas iniciativas, generalizando-as.

Outro projeto apresentado por Benedita da Silva cria um Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). Fundamentado na preocupação de que o governo brasileiro tem assinado uma série de acordos

internacionais sem fixar os instrumentos adequados para cumpri-los, o programa, segundo explicou, busca preencher essa lacuna, principalmente no âmbito da sociedade civil.

A senadora reconheceu que já há programas que, como o que ela propõe, procuram atenuar o problema emergencial da fome e criar condições permanentes de geração de renda e emprego. A diferença destacada por Benedita está em que o PNSA tem como pontos centrais a mobilização da mulher, a organização cooperativa dos pequenos produtores rurais e a vinculação direta entre esses e as comunidades urbanas de baixa renda.

Fome é o fantasma da Humanidade, alerta Suassuna

O governo deveria, como presente de Natal, adotar uma política que desonere a produção de alimentos para baratear os custos e facilitar o consumo, conforme propôs ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com o argumento de que "a fome é o grande fantasma que aflige a Humanidade neste final de século".

- Quando falamos de fantasma, não estamos usando uma figura de linguagem, mas captando o efeito perverso da desnutrição, que transforma seres humanos em deformações de seres humanos, em verdadeiros fantasmas - acrescentou Suassuna, para quem "é triste constatar que grande parcela da população brasileira definha por inanição, e que a fome esteja disseminada por todo lado".

Na opinião de Ney Suassuna, a solução para o combate à fome no País é baixar o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que se conseguiria com o aumento da produtividade e a redução dos custos. Segundo o senador, essa redução poderia ser mais significativa se a carga tributária incidente sobre os alimentos fosse mais coerente e menos exagerada.

Salientando que enquanto nos países desenvolvidos existe uma alíquota reduzida para os alimentos básicos, em torno de 7%, "no Brasil, que tem um total de 43 tributos, o somatório de taxas e impostos onera os produtos alimentícios em 32,3%. Alterar esse quadro é fundamental para a sobrevivência da atividade agrícola e para afugentar o fantasma da fome".

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou Suassuna por abordar o tema da "fome que mata mais que qualquer pelotão de fuzilamento".

Pedro Simon acusa governo de negligenciar a área social

Embora reconheça êxito no combate à inflação, senador ressalva que Fernando Henrique descuidou-se também do setor agrícola

Ao fazer ontem um balanço da situação brasileira em 1996, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) reconheceu o êxito do governo no combate à inflação e no aumento do poder de compra da população, mas disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso negligenciou o setor agrícola e o objetivo social.

- No social, o governo não foi bom. Eu esperava muito do programa Comunidade Solidária, porque ele foi planejado para ser o diferencial do governo do presidente Fernando Henrique. Mas não foi. Reconheço a garra de dona Ruth Cardoso, mas faltou empenho do governo para que acontecesse alguma coisa - frisou.

Simon disse que "o governo foi um fracasso total na agricultura". Conforme o se-



Pedro Simon

nador, nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul a terra foi extremamente desvalorizada, porque os agricultores perderam todas as perspectivas de rendimento no setor. Ele afirmou que, "se o Presidente tivesse posto o dinheiro do Proer (Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro) na agricultura, hoje seria um herói".

Na opinião do senador, o governo está marcado pela ideologia neoliberal, e o exemplo mais marcante disso, a seu ver, é a posição governamental frente à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. "Custa crer que o governo seja tão insensível, frio e autoritário em relação à Vale. Para ele, não tem Senado, nem nada. O governo devia meditar um pouco mais profundamente sobre isso", disse.

Simon também criticou a ação empreendida pelo governo para impedir a criação da CPI dos corruptores e a instalação da CPI que investigaria o sistema bancário. E disse que Fernando Henrique Cardoso não termina o ano como um social-democrata. "Ele termina como o governo neoliberal das privatizações", frisou.

Para Suplicy, episódio do Peru serve como advertência ao Brasil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o episódio ocorrido na embaixada do Japão, no Peru, deve servir de alerta ao presidente Fernando Henrique Cardoso para não insistir na tese da reeleição sem que antes sejam resolvidos os problemas sociais brasileiros.

- Passados dois anos do atual governo, o que se realizou nessa área foi extremamente modesto e seria importante que o governo realizasse mais nessa direção. De outra forma, não será surpresa se ocorrerem episódios graves como o do Peru - advertiu o senador.

Segundo Suplicy, a ação dos guerrilheiros peruanos leva a reflexões sobre o comportamento do presidente Fujimori, "que insiste na sua terceira reeleição", sem atender ade-

quadamente às questões sociais do país que governa.

- Queremos dizer que de forma alguma concordamos com as ações violentas - disse o senador, ao defender moderação e equilíbrio na negociação com os revolucionários que mantêm em seu poder centenas de reféns, inclusive o embaixador brasileiro no país, Carlos Luiz Coutinho Perez.

Eduardo Suplicy, embora reconhecendo que o presidente Fernando Henrique Cardoso "conseguiu alcançar algumas metas importantes, como a redução da inflação", entende que o governo está longe de resolver os problemas sociais da desigualdade e da erradicação da pobreza.

- Ao invés de estar preocupado em acelerar a reforma agrária e outros instrumentos



Eduardo Suplicy

de combate à pobreza, o governo tem a reeleição como concentração máxima de reforços. Isso significa seguir a trilha de Carlos Menem e do presidente Fujimori, aquele que não consegue ver outra pessoa senão ele próprio como a única capaz de levar adiante os destinos do povo peruano - afirmou o senador.

Entidades filantrópicas ganham novo prazo

Renovação de certificado junto ao CNAS será reaberto por 180 dias, conforme projeto da Câmara aprovado ontem pelo Senado, que agora vai à sanção presidencial



Francelino Pereira

Mais atenção ao Jequitinhonha, pede Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) chamou atenção ontem para o sofrimento que vitima as comunidades mineiras do Vale do Jequitinhonha, em sua opinião atingidas não só pelo subdesenvolvimento, mas também "pela ausência de governo". Ele disse que a inconformidade daquelas populações está aumentando.

Lembrando que o plenário aprovou projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que estende a atuação da Sudene àquela área, o senador destacou que o quadro de pobreza no Vale do Jequitinhonha está se agravando e exige ação urgente do governo. Na opinião de Francelino Pereira, a extensão da Sudene àquela região de fronteira com a Bahia é perfeitamente possível, mas precisa concretizar-se logo.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que reabre, por 180 dias após a publicação da lei, os prazos para requerimento de renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O projeto, que vai agora à sanção presidencial, beneficia entidades que possuíam o certificado e o registro no CNAS até 24 julho de 1994.

Segundo o relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com a aprovação, o Senado dá uma oportunidade para que instituições de beneficência e filantropia



Lúcio Alcântara

possam se recredenciar junto ao conselho e serem beneficiadas pela remissão de débitos incobráveis, já que o projeto estabelece também o cancelamento de decisões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra aquelas instituições. Como muitas delas não renovaram o certificado, perderam a isenção de

contribuição social de que gozavam e estão frente "a iminente insolvência e desamparo de imenso contingente de menores, idosos, excepcionais e pessoas carentes", disse o senador.

Em seu parecer, Lúcio Alcântara considerou que a situação da maioria das entidades filantrópicas, além de reconhecida carência de verbas, também se caracteriza pela falta de recursos humanos adequados e de estrutura administrativa condizente, daí terem perdido os prazos de renovação e de recadastramento, fixados, respectivamente, para 31 de dezembro de 1994 e 31 de março de 1995.

Freire rebate críticas a incentivo para montadoras

O senador Roberto Freire (PPS-PE) estranhou ontem o artigo "Isso é que é Zona", de autoria do jornalista Joelmir Beting e publicado em alguns jornais brasileiros, contendo críticas à adoção de incentivos governamentais para indústrias montadoras que se instalem no Nordeste.

- Quero me congratular com o presidente da República por ter atendido um pleito da bancada nordestina. Quero também dizer que isso não é nenhuma "zona", mas talvez uma das poucas medidas sérias numa política de desconcentração industrial - disse o senador.

Freire explicou que a ra-

cionalidade econômica não significa incentivar a concentração de renda, como acontece quando os principais investimentos industriais se dirigem para o Sul e Sudeste. "Nós, nordestinos, não estamos buscando nenhuma zona. O que queremos é o desenvolvimento industrial do País", acrescentou.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou que a imprensa ignore a necessidade de desenvolvimento do Nordeste. Em sua opinião, aquela pode ter sido a medida econômica mais relevante do ano para a economia nordestina e para o próprio País.



Roberto Freire

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida). Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772-9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Tebet cobra política para o Centro-Oeste

Senador quer a instalação de conselho deliberativo para a região, de maneira que os recursos do Fundo Constitucional possam ser aplicados em obras indispensáveis

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reiterou ontem apelo que fez pessoalmente ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para que cumpra rapidamente a promessa de instalar o Conselho Deliberativo do Centro-Oeste. Segundo o senador, só assim os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste poderão ser aplicados em obras indispensáveis à região e, especialmente, ao estado de Mato Grosso.

Segundo Ramez Tebet, ao invés de incentivos fiscais e tributários, os estados brasileiros necessitam do amparo de uma política de desenvolvimento regional. A seu ver, se o País privilegiar as obras de



Ramez Tebet

infra-estrutura, contar com boas estradas e energia em abundância, "com toda a certeza as indústrias não necessitarão dos incentivos que hoje buscamos nos poderes públicos estaduais para ali se instalarem".

- Estamos com saudade da política de desenvolvimento que antes existia, pelo menos

para o Centro-Oeste, ao tempo da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco, que tivemos a honra de presidir - afirmou o senador. A seu ver, é necessário que se retome esse tipo de ação para promover o desenvolvimento dos estados e municípios da região.

Como exemplo da necessidade de se estabelecerem políticas regionais de desenvolvimento, Ramez Tebet apontou o fato de o estado de Mato Grosso estar destinado a se transformar em corredor para o gás que virá da Bolívia, sem que haja, até o momento, uma programação para que participe do aproveitamento desse combustível.

Jonas Pinheiro pede proteção para borracha

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que defina e implemente uma efetiva política de apoio e sustentação da produção da borracha natural, a exemplo do que existe em outros países. "Não haverá programa de reforma agrária, tampouco política de geração de emprego, que possa neutralizar e compensar os reflexos e as consequências, inclusive migratórias, do agravamento da crise no setor de borracha natural em nosso país", afirmou.

Depois de sugerir o estabelecimento, em caráter emergencial, de medidas fiscais compensatórias para a indústria consumidora de borracha natural, "que precisa ser estimulada a absorver a produção nacional". Jonas disse que a medida teria um preço "muito inferior ao que custaria, para a sociedade, o agravamento da crise econômica e social, se não forem adotadas imediatas providências para o setor".

Jonas Pinheiro destacou estudos do Banco Mundial, segundo os quais o Brasil estará consumindo, no final da década, cerca de 300 mil toneladas de borracha natural por ano e produzindo apenas 25% do seu consumo. Conforme o documento, se não houver uma reversão dessa tendência, o País estará dependendo, por ano, US\$ 400 milhões com a importação dessa matéria-prima.

Odacir Soares ressalta importância crescente da fruticultura em Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou a importância que a fruticultura vem alcançando no comércio internacional e as grandes oportunidades que essa atividade traz, no Brasil, para o aproveitamento da mão-de-obra familiar e a contenção do êxodo rural.

Segundo o senador, no estado de Rondônia, a fruticultura vem sendo estimulada mediante a cooperação da empresa Fruit-Ron com a Secretaria de Agricultura do estado, a Emater e associações de pequenos produtores. O apoio financeiro é oferecido pelo Banco da Amazônia e extensas áreas estão sendo plantadas com acerola, abacaxi, mamão papaia, maracujá e coco-da-bahia.

Odacir Soares explicou que os pequenos produtores associados ao programa recebem financiamento de R\$ 3.400,00 para o plantio de um alqueire. "Ressalte-se

que os maiores custos da fruticultura são da mão-de-obra familiar", disse o senador, ressaltando que esse é um dos méritos do projeto em desenvolvimento em Rondônia.

O senador destacou, ainda, o sucesso da parceria que a prefeitura de Vilhena vem desenvolvendo com os produtores do município. Segundo informou, a Cooperativa dos Produtores Hortifrutigranjeiros Brasil Norte Ltda. (Copernorte), fundada em maio deste ano, já conta com 74 associados e comercializa semanalmente 2 mil caixas de 20 quilos de legumes.

Conforme Odacir Soares, outra experiência que, com o apoio daquela prefeitura e órgãos da administração federal, está dando certo, é a da Cooperativa dos Fruticultores de Vilhena. Essa associação administra o projeto Frutiama, que contempla a implantação de culturas de goiaba, maracujá, abacaxi, melão e uva, em consórcio com a produção de ce-



Odacir Soares

noura, beterraba, batata-doce etc.

- As iniciativas da Copernorte e da Cooperativa dos Fruticultores de Vilhena por certo não teriam vingado, não fosse o decidido apoio prestado pela prefeitura municipal de Vilhena, sob a administração Ademar Marcel Alfredo Suckel - afirmou Odacir Soares, garantindo que esse prefeito, "sem paternalismo, está incentivando a produção de hortifrutigranjeiros para a melhoria da dieta alimentar do rondoniense e para a tão necessária geração de empregos em Vilhena".

Congresso deve lutar por suas prerrogativas, afirma Dutra

Para senador, não se pode falar em equilíbrio dos três Poderes quando o Executivo pode editar medidas provisórias



Emília Fernandes

Emília: Problemas são maiores que o debate da reeleição

Ao fazer um balanço sobre as atividades do Legislativo neste ano, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) disse ontem que o Senado, o Congresso Nacional e o Executivo, "antes de consumir tempo e energia com o debate da reeleição, devem apresentar soluções para os problemas que se agravam dia a dia, como o desemprego, a falência da indústria e do comércio e a destruição do setor primário nacional".

- Ao longo do ano, constaram em nossa pauta temas como a defesa da educação primária, a necessidade de uma política de desenvolvimento, com proteção à indústria nacional, a redução das taxas de juros e o apoio às micro e pequenas empresas. Sempre em contato direto com a sociedade, exigimos soluções e alternativas - afirmou.

Para Emília, contudo, é importante que, no próximo ano, o Senado afirme suas prerrogativas, enfrentando "a edição abusiva de medidas provisórias e de urgências que dificultam o aprofundamento dos debates". Emília enumerou alguns temas que, a seu ver, exigem maior discussão.

- É preciso rever, com rapidez, a atual política de importações, ao mesmo tempo em que se faz necessária uma política mais clara e definida de apoio aos produtores, sem a qual estaremos apenas gerando empregos no exterior e a falência e o empobrecimento no País. Tais medidas, aliadas à reforma tributária e fiscal, a um maior compromisso com o patrimônio público e com as questões sociais, devem tomar a atenção do País em 97 - sustentou.

No curso de um balanço das atividades do Congresso neste ano, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), disse ontem que a instituição corre o risco de tornar-se "descartável", caso não lute por suas prerrogativas. Como exemplo, mencionou a aquiescência dos senadores em não deliberar sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e o fato de que o ano se encerra sem que o Senado tenha votado o projeto de lei que limita a edição de medidas provisórias.

- O balanço que faço é do interesse do Legislativo, principalmente do Senado. É inegável que a democracia está manca porque, quando falamos do equilíbrio dos três Poderes, não

podemos admitir esse presidencialismo com medidas provisórias. Isso só existe no Brasil, e há um ditado segundo o qual o que só existe no Brasil e em mais lugar nenhum do mundo ou é jabuticaba ou é bobagem - assinalou.

Dutra denunciou uma hipertrofia do Executivo paralelamente à atrofia do Legislativo e disse que os parlamentares "só tratam das bijuterias". Em sua opinião, assuntos relevantes no campo político, econômico, científico e tecnológico são todos resolvidos no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde se encontra o gabinete do presidente da Re-



Dutra

pública.

Ele lastimou o fato de que, quando senador, Fernando Henrique criticava veementemente o abuso do governo na edição de medidas provisórias, e considerou grave que

agora haja 50 MPs aguardando deliberação do Legislativo.

O líder do PT admitiu que o Senado propiciou alguns avanços para o País este ano, quando aprovou medidas como a participação do Ministério Público e a utilização do rito sumário nos processos de reforma agrária. Ele alegou que seu discurso não era ideológico, mas provocava a discussão sobre a importância da Casa.

Cabral destaca importância do Senado para a Federação

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a importância do Senado como fator de equilíbrio da Federação, salientando que, se o Parlamento fosse unicameral, os estados considerados pequenos "soçobriariam ao sabor das grandes bancadas populares".

Ele referiu-se ao pronunciamento feito momentos antes pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), de crítica ao posicionamento da Casa, que na avaliação do líder petista seria de submissão à Câmara dos Deputados no trato de matérias de interesse do governo federal, tornando o Congresso praticamente uma câmara úni-



Bernardo Cabral

ca. "O Senado é o contraponto para frear o que vem da Câmara, e ele cumpre bem seu papel", frisou Bernardo Cabral.

CONTRA MPs

Cabral, que é defensor do parlamentarismo, disse entender que o desequilíbrio entre o Executivo e o Legislativo é causado pela edição de medidas provisórias, "um instrumento camuflado pela Constituinte de 1988, que jamais poderia conviver com o presidencialismo". O uso das MPs, acentuou, é a principal consequência do enfraquecimento do Congresso.

O senador pelo Amazonas lembrou que, quando deputado, lutou para que a medida provisória ficasse de fora do texto da Constituição, com a

advertência de que esta poderia ficar "caolha". Recordou ainda que os três últimos presidentes da República, todos saídos do Senado, também combatiam a sua instituição. "O problema é que um dia você é prego e no outro você é martelo", comparou, referindo-se ao fato de que tanto José Sarney como Itamar Franco fizeram uso de medidas provisórias.

Bernardo Cabral destacou ainda o desempenho do Congresso e do Senado em 1996, salientando que a democracia se sobrepôs aos interesses meramente políticos ao longo de debates e decisões que culminaram, por exemplo, com a aprovação de mudanças no ITR, dando nova luz ao problema agrário no País.

Senado torna mais eficiente sistema de votações

Novo equipamento, segundo o senador Júlio Campos, vai permitir maior segurança e rapidez nas operações, redução dos gastos com manutenção, além de orientar melhor o plenário

Loyola propõe a criação de bombeiros voluntários

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) propôs ontem a criação, em todo o País, de unidades de bombeiros voluntários, com o objetivo de suprir "a omissão" do Estado no que se refere à segurança das pessoas e de seu patrimônio. O senador informou que apenas 5% das maiores cidades do Brasil têm essas unidades de segurança, enquanto 95% dos municípios não dispõem de mecanismos de segurança contra o fogo e outros tipos de acidentes.

Loyola sugeriu que seja adotado o modelo desenvolvido na cidade de Joinville, Santa Catarina, onde a maioria dos bombeiros é composta por voluntários da comunidade.



Henrique Loyola

de, treinados, através de convênios, na Alemanha e nos Estados Unidos, às custas da população. Ao Estado cabe, segundo ele, fixar a legislação para a viabilização do projeto.

Segundo o senador, uma percentagem da apólice de seguro garantiria o pleno funcionamento dessas instituições, a exemplo do que ocorre na Alemanha, cuja taxa de contribui-

ção com a entidade de defesa civil é de 10% do valor da apólice.

Ele também sugeriu o aproveitamento, nos projetos de defesa civil, dos jovens selecionados para servir às Forças Armadas, o que, explicou, seria uma alternativa para o serviço militar obrigatório.

Henrique Loyola fez um balanço de sua atuação no Senado Federal, destacando que sempre buscou atender às necessidades da sociedade e nunca interesses corporativistas, empresariais ou industriais. Ele citou, entre outras, sua proposta que permite fazer a partilha de bens através de uma simples escritura pública em cartório.

Senador faz balanço em sua despedida

Ao despedir-se do plenário da Casa, o senador Henrique Loyola, que exerce mandato até o dia 27, como suplente do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), agradeceu ontem a "cordialidade e a gentileza" com que tem sido tratado, e aproveitou para fazer um relato de sua atuação parlamentar durante quatro meses.

A defesa da indústria e da

pesca nacional e das reformas constitucionais foram pontos destacados por Henrique Loyola em seu pronunciamento de despedida. O trabalho em favor da inclusão de verbas para obras em seu estado, Santa Catarina, e a discussão sobre o patrimônio imobiliário da União também foram temas citados pelo senador.

- Quero deixar meu agradecimento especial ao senador

José Sarney, que muito tem me prestigiado, inclusive viabilizando a presidência de cinco sessões nesta Casa, como também aos demais companheiros, com quem tive uma extraordinária convivência - afirmou. Em aparte, Loyola recebeu congratulações de Bernardo Cabral (PFL-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Fogaça (PMDB-RS).

O sistema eletrônico de votação do plenário do Senado, implantado em 1972, está sendo substituído por causa de sua



Júlio Campos

limitação, dos altos custos de manutenção e das dificuldades com peças de reposição. A explicação foi dada ontem, em nome da Mesa Diretora, pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), no momento em que presidia a sessão.

Segundo relatório lido pelo senador, o novo equipamento vai permitir a elevação do nível de segurança das votações, a diminuição dos gastos com manutenção, a utilização de um cronômetro que marca o tempo dos oradores e a redução dos intervalos entre as votações. Os três painéis a serem instalados vão mostrar o resultado das votações e o registro de comparecimento dos senadores, além de apresentar textos relativos à ordem do dia e orientações aos parlamentares.

O novo sistema, que teve os equipamentos adquiridos mediante concorrência pública, foi elaborado por uma equipe do Prodasen, em conjunto com a Secretaria Geral da Mesa. É o mais avançado entre os existentes no País, segundo Júlio Campos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, RAMEZ TEBET, JEFFERSON PERES, JOSÉ EDUARDO DUTRA, NABOR JÚNIOR, JOSÉ FOGAÇA, HENRIQUE LOYOLA E EDUARDO SUPLICY

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal